

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES

RAMPAZZO, Wania Cristina Tedeschi – PUC-Campinas

GT-07: Educação de Crianças de 0 a 6 anos

As instituições de educação infantil começaram a ser criadas no Brasil em 1870. O termo “creche” está associado a asilo da primeira infância, a idéia de abandono, pois seria uma casa para cuidar de crianças pobres, abandonadas na roda dos expostos, principalmente após a lei do ventre livre que libertava os filhos nascidos de escravos (KUHLMANN JR., 2000, p.471).

A concepção de educação que embasava o atendimento nas creches era de educação compensatória, assistencialista, preocupada apenas com a higiene, alimentação e saúde. A creche veio a atender às mães pobres e operárias que precisavam deixar seus filhos para alguém cuidar, enquanto elas trabalhavam nas fábricas em crescente número no país, porque a maioria dos homens estava no serviço da lavoura. (OLIVEIRA, 2002, p. 93-95).

Após a pressão de movimentos operários e sindicatos por melhores condições de trabalho e atendimento de seus filhos em instituições adequadas, os empresários, construíram creches e instituições sociais. Em 1889, estava sendo inaugurada a primeira creche da Fábrica de Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro. As reivindicações operárias, dirigidas inicialmente aos donos de fábricas e indústrias, foram com o tempo, sendo canalizadas para o Estado e atuaram com pressão pela criação de creches, escolas maternais e parques infantis por parte dos órgãos governamentais. (OLIVEIRA, 2002, p. 96).

A primeira regulamentação do trabalho feminino, que previa a instalação de creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho, surge em 1923. Paralelamente a este fato, alguns educadores que se preocupavam com a qualidade do trabalho pedagógico, apoiaram o movimento denominado de “escolanovismo”. A renovação pedagógica veio contemplar os jardins-de-infância, onde estudavam crianças de grupos sociais privilegiados e para as crianças de camada popular prevaleceu o higienismo, a filantropia e a puericultura. (OLIVEIRA, 2002, p. 97-99).

Segundo Kuhlmann Jr. (2000, p.492), com o declínio de verbas do governo federal para a aplicação na educação, durante o regime militar, houve prejuízos ao sistema

educacional e à população brasileira. Os efeitos foram imediatos, como: sucateamento das escolas, desvalorização profissional, má formação de profissionais, entre outros. Movimentos sociais e grupos políticos de oposição à ditadura militar incorporam a reivindicação por creches na democratização do país, como um direito da criança e dever do Estado.

A princípio as instituições de educação infantil surgiram como um direito da mãe trabalhadora, hoje, após intensos debates sobre a educação infantil, esta constituiu-se em um direito da criança de ser atendida por uma instituição educativa.

Na Constituição de 1988, se estabelece que as creches e pré-escolas passem a compor os sistemas educacionais. Essa lei é consolidada oito anos depois pela LDB 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, conforme rege o artigo 29, da seção II da Educação Infantil.

A Educação Infantil, segundo Cerisara (1999, p 43-44), ainda é uma área em que “[...] o processo está em construção, é necessário refletir, discutir, debater e produzir conhecimentos sobre como queremos que seja a educação das crianças menores de 7 anos em creches e pré-escolas”.

A busca pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil, nos conduz a uma reflexão sobre a função da Avaliação Institucional, aliada a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, como uma saída possível, pois segundo Reinhold (2004, p.42-43), “[...] a Avaliação Institucional serve para aperfeiçoar constantemente os Projetos Pedagógicos e o Plano de Desenvolvimento Institucional”.

A Avaliação Institucional não deve ser confundida com a Avaliação Educacional que trata especificamente da aprendizagem, currículo e desempenho escolar, pois segundo Belloni (2003, p.87), “[...] a Avaliação Institucional é mais ampla e abrangente: refere-se ou trata de políticas, instituições, planos, programas e projetos, assim como das estratégias ou mecanismos utilizados para sua implementação”.

O debate acerca deste assunto é recente, sobre o qual há pouca produção científica. Os estudos voltados para este tema, centram-se no Ensino Superior, cujo processo de Avaliação Institucional está consolidado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Não se trata de avaliar, como sendo um processo estanque e acabado, pois segundo a visão de Gatti (1999 apud REINHOLD, 2004, p.35) “A Avaliação Institucional não é um processo morto, ou dados que vão para a prateleira ou arquivo, ou para servir apenas à crítica ligeira; é um processo vivo e ativo a serviço das próprias instituições”.

O processo vivo de que trata Gatti está numa dinâmica em que as pessoas participantes do processo de avaliação é que constroem a avaliação institucional, porque são estas pessoas envolvidas diretamente com o contexto e a realidade da instituição que podem melhor pontuar as necessidades de mudança visando o aperfeiçoamento e a qualidade do ambiente educacional. Essas pessoas têm vida pessoal e profissional, portanto o processo de Avaliação Institucional, deve ser planejado e executado dentro de um comprometimento ético, priorizando ações, solucionando problemas e impasses. Não pode ter um caráter punitivo e depreciador, deve valorizar as potencialidades de cada indivíduo (GATTI, 1999 apud REINHOLD, 2004).

O objetivo deste trabalho é portanto, analisar o referido processo, identificando seus limites e possibilidades e buscando conhecer as condições desta implantação, identificando as mudanças internas pedagógicas e administrativas, caso tenham ocorrido, contribuindo com a construção e registro da história da instituição em questão e os estudos que vêm sendo feitos na área da Avaliação Institucional, especialmente, ao nível da Educação Infantil.

De acordo com Belloni (2003, p.22), a proposta de Avaliação Institucional em uma escola de Educação Infantil segue dois objetivos básicos, a saber: “[...] deve promover uma autoconsciência da instituição... e garantir as informações necessárias para a tomada de decisão por parte daqueles a quem esta competência foi delegada”.

A metodologia adotada neste estudo pauta-se em uma abordagem qualitativa de investigação, através da realização de um estudo de caso de uma escola de Educação Infantil que vivenciou o processo de implantação da Avaliação Institucional. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista com perguntas abertas e semi-estruturadas com sujeitos envolvidos no processo, sendo um representante de cada segmento da instituição: direção, professores, funcionários e pais.

Como fonte documental, será analisado o Projeto Político Pedagógico da escola e outros documentos, como: o Plano de Desenvolvimento Institucional, levando em

consideração dimensões como estrutura física, recursos materiais, recursos humanos, práticas pedagógicas, gestão democrática e participação da comunidade.

Busca-se um nível de melhor qualidade nas instituições escolares. Esta qualidade está fundamentada teoricamente na qualidade negociada de Bondioli (2004, p.14) que diz ser “[...] debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo”.

A participação dos sujeitos no processo de Avaliação Institucional se concretiza através de encontros e muito diálogo entre os interessados, por isso os acordos deverão ser firmados, de modo transparente, e em cada momento o processo deve ser revisto e aprimorado, de acordo com os interesses e convicções do grupo (SORDI, 2006).

A participação, segundo Sordi (2006, p.54) “[...] é condição inegociável para se viver o projeto e isto implica o aprendizado da escuta e do acolhimento do argumento alheio, a horizontalização das relações de poder e a manutenção do diálogo plural”.

Toda novidade gera alguma resistência, para isso é necessário desenvolver nesta cultura de avaliação, a participação voluntária de todos os segmentos da instituição, esclarecendo os benefícios e melhorias que este tipo de avaliação agrega.

Diante deste quadro, esta pesquisa que encontra-se em andamento, poderá trazer contribuições para a Educação Infantil, através do estudo de caso de uma experiência em Avaliação Institucional, pois segundo Dias Sobrinho (2000, *apud* REINHOLD, 2004, p.38) “[...] quando assumida voluntária e conscientemente pela comunidade interna, como um empreendimento coletivo de caráter pedagógico e emancipatório, a Avaliação Institucional tem o potencial de transformar a própria instituição e as pessoas que nela atuam.”

A Avaliação Institucional tem o caráter emancipatório, que liberta, transforma e traz mudanças qualitativas nas ações desenvolvidas pelos participantes. Segundo Saul (1994, p.61) “[...] é um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** . Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BELLONI, I. & MAGALHÃES, H. & SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional** – 3.ed. – São Paulo, SP, Editora Cortez, 2003.

BONDIOLI, A. (org). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Tradução ORTALE, F. L. & MOREIRA, I. P. Revisão Técnica FARIA, A. L. G. & GODOI, E.G. – Campinas – SP: Editora Autores Associados, 2004.

CERISARA, A. B. A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. In : FARIA, A. L. G. & PALHARES, M. S. (orgs.) **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados – FE/Unicamp; São Carlos, SP: Editora da UFSCAR; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999, p.19-49.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional na perspectiva da integração. In DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (orgs) **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis : Editora Insular, 2000.

GATTI, B. **Ensino superior e avaliação institucional: um modelo de implantação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.80 n.194, p. 148-155, jan./abr. 1999.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2000, p.469 – 496.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

REINHOLD, H. H. Avaliação Institucional – para quê? In: PUENTES, R. V. & ORRÚ, S. E. (org.). **As múltiplas faces da avaliação: teoria e prática na educação**. São João da Boa Vista, SP: Editora Unifeob, 2004, p.33- 44.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 2ed. – São Paulo: Editora Cortez, 1994.

SORDI, M. R. L. Avaliação Institucional participativa: contradições emergentes a partir do exame da categoria espaço/tempo. In : **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – v.11, n.4, dez , 2006, p.53-62.